

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.21.0012.0025370/2023-27

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2023

CONTRATADO: OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA CNPJ: 09.094.300/0001-51.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em treinamento referente ao curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI.

BASE LEGAL: Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1- Hipótese de inexigibilidade de licitação

Os casos de financiamento de cursos para treinamento e ou aperfeiçoamento de pessoal, seja técnico-administrativo, seja membro são instruídos através de inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II e art. 13, VI, da Lei nº 8666/93, conforme já pacificou a AGU e o TCU:

PORTARIA Nº 382, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 (Altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009.)

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, CAPUT OU INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

O ART. 25, CAPUT, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº 976/2018/GAB/CGU/AGU; art. 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."(NR)

- Assunto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 23.07.1998, segundo o qual consignou-se "considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com inciso VI do art. 13 de Lei nº 8.666/93" (item 1, TC- 000.830/1998, Acórdão nº 439/1998-Plenário).

2- Requisitos legais para a regularidade da contratação direta

I- Processo administrativo instruído com a solicitação de curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI. (INEXIGIBILIDADE Nº 06/2023), DOD (0538142), e TR (0561684), acompanhada da proposta da empresa e conteúdo programático do curso (0553563);

II-Justificativa que contemple: a justificativa de preço e a razão de escolha do fornecedor (art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8666/93) em virtude de sua notória especialização (art. 25, II, da Lei nº 8666/93).

A justificativa de preço se fez a partir da constatação pela autoridade administrativa de que o preço a ser pago ao contratado encontra-se compatível com os preços praticados pela empresa para outros órgãos públicos, conforme documentos anexados aos autos (notas de empenhos) (0553593)(0553599)(0553605)(0553608)(0553613)(0553616) contratações do mesmo curso por outros órgão públicos, e mapa comparativo de preços, item 6.3 do TR (0551684);

Já as razões de escolha do fornecedor devem ser contempladas através da demonstração a notória especialização da entidade a ser contratada, tendo em vista a qualidade do(s) palestrante(s) que ministrará(ão) o curso, conforme se verifica na programação do curso/proposta anexada aos autos (0553563) e curriculum dos professores/facilitadores(0553572)(0553573).

As contratações pelo ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666 se caracterizam por serem serviço de natureza singular, técnico-profissional especializado, uma vez que as características que definem a singularidade e os serviços técnicos profissionais especializados são subjetivos, não podendo ser definidos de forma objetiva ou que permita a realização de comparação, pois a verificação da expertise é pessoal, particular o que impossibilita o cotejo de serviços singulares, sendo portanto, a competição inviável.

3- Justificativa acerca da singularidade do serviço a ser prestado através do curso ou treinamento, bem como sua compatibilidade com o programa ou plano institucional de capacitação do servidor/membro. Impende que a singularidade não significa que o serviço seja único, exclusivo ou raro, mas que detenha alto grau de complexidade e/ou “expertise” que se adéque ao interesse público do MPPI (TCU. Acórdão nº 85/1997 – Plenário).

A justificativa da singularidade, em suma, diz respeito não ao fornecedor, mas aos temas que serão tratados no curso ou treinamento e sua compatibilidade com as funções exercidas pelo servidor ou membro.

4- **Comprovante de regularidade fisco-previdenciária** do fornecedor do curso ou treinamento (0560341).

5- **Comprovante de disponibilidade orçamentária e financeira** (0563481) e (0563834).

6- Conclusão

Ante o exposto, esta Comissão Permanente de Licitação manifesta-se favoravelmente pela regularidade da presente inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA CNPJ: 09.094.300/0001-51, no valor de R\$ 19.740,00 (dezenove mil, setecentos e quarenta reais), com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93.

Por último, é importante que se realize um planejamento administrativo, no sentido de que a emissão do empenho seja realizada antes do início do curso ou treinamento, sob pena de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, a qual deverá ser acatada pela Procuradoria Geral de Justiça.

Ana Larissa Moura de Almeida
Presidente da CPL B

Afranio Oliveira da Silva
Membro CPL B

Celiane Azevedo da Fonseca
Membro CPL B



Documento assinado eletronicamente por **ANA LARISSA MOURA DE ALMEIDA, Presidente de CPL**, em 04/09/2023, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CELIANE AZEVEDO DA FONSECA, Membro de CPL**, em 04/09/2023, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AFRANIO OLIVEIRA DA SILVA, Coordenador de Licitações e Contratos**, em 04/09/2023, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0564844** e o código CRC **A555CE3F**.

1. SECRETARIA GERAL

1.1. PORTARIAS PGJ

PORTARIA PGJ/PI Nº 2840/2023

Republicação por incorreção

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, HUGO DE SOUSA CARDOSO, no uso de suas atribuições legais e conforme art. 51 da Lei nº. 8.666/93,

RESOLVE

1- PROPÓSITO

1.1. Designar a Comissão Permanente de Licitação "B" do Ministério Público do Estado do Piauí para processar e julgar todas as CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO), as ADESÕES a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS, COMPRA PELO REGISTRO DE PREÇOS DESTE ÓRGÃO, PROCESSADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, PELO FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MP/PI E FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FPROCON.

2- CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO:

2.1. A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Ana Larissa Moura de Almeida;

Membros: Celiane Azevedo da Fonseca e Rosangela da Silva Santana;

SUPLENTE: Afranio Oliveira da Silva.

3- ATRIBUIÇÕES:

3.1. As atribuições da Comissão Permanente de Licitação são aquelas definidas no art. 51 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, no que diz respeito às contratações por dispensas, inexigibilidades de licitações, compras por adesões a ata de registro de preços de outros órgãos, compras por registro de preços deste órgão.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Além do Presidente da Comissão, deverão participar das reuniões de análise de propostas, no mínimo 02 (dois) membros.

4.2. Nos casos em que seja necessário conhecimento técnico específico sobre a matéria do objeto da contratação, poderá ser convocada para integrar a Comissão, pelo menos um especialista no assunto.

4.3. No desenvolvimento de suas atividades, a Comissão se reportará diretamente à Controladoria Interna e à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça para Processos Administrativos para solicitar apoio técnico e jurídico e outras unidades ou assessorias deste órgão.

4.4. Nas ausências e impedimentos do Presidente, qualquer um dos membros responderá pela Presidência da Comissão, desde que sejam designados pelo Presidente ou por critério de votação.

5- MANDATO E VIGÊNCIA

5.1. O mandato dos membros da Comissão terá duração de 01 (um) ano, contado a partir da entrada em vigor desta Portaria.

5.2. É vedada a recondução da totalidade dos membros da Comissão Permanente de Licitação para o período subsequente.

5.3. Fica revogada a Portaria PGJ/PI nº 2431/2022.

5.4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 17 de julho de 2023.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 2845/2023

Republicação por incorreção

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, HUGO DE SOUSA CARDOSO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022, alterado pelo Ato PGJ nº 1281/2023;

CONSIDERANDO o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0209.0024154/2023-28,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA, titular da 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato, em respondência pela Promotoria de Justiça de Paulistana, para atuar nos autos do Processo nº 0000117-62.2013.8.18.0097 (SIMP 000240-267/2020), em razão de arguição de suspeição do Promotor de Justiça de Itainópolis, Sebastião Jacson Santos Borges.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 17 de julho de 2023.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 2847/2023

Republicação por Incorreção

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, HUGO DE SOUSA CARDOSO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, CONSIDERANDO as informações constantes nos autos do Processo SEI nº 19.21.0015.0000190/2023-66,

R E S O L V E

NOMEAR os candidatos aprovados no XII Processo Seletivo de Estagiários de Nível Superior - graduação do Ministério Público do Estado do Piauí, realizado em 2023, conforme Anexo Único abaixo;

Os candidatos devem enviar os documentos exigidos no Edital de Abertura nº 26/2023 para a Seção de Estágios, por e-mail (estagiariosmp@mppi.mp.br) em um único arquivo PDF, no período de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da portaria de convocação.

ANEXO ÚNICO

Local de estágio: TERESINA - PI		
Área de Estágio: CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
01	AC	KAREN DE LIMA RODRIGUES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 17 de julho de 2023.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

PORTARIA PGJ/PI Nº 2856/2023

O SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL, HUGO DE SOUSA CARDOSO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0012.0025370/2023-27

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2023, art. 25, II, da Lei n. 8.666/93.

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da empresa OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 09.094.300/0001-51, para ministrar curso de de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI, com embasamento legal no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, Parecer da Assessoria para Pareceres em Procedimentos Licitatórios e Controladoria Interna.

HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 05/09/2023, às 14:00, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0566213 e o código CRC **58B8F458**.

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO GLOBAL

Autorizo emissão de nota de empenho em favor da empresa OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA, CNPJ: 09.094.300/0001-51, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI, no valor de R\$ 19.740,00 (dezenove mil setecentos e quarenta reais), conforme dados abaixo:

1. EMPRESA/CONTRATADO(A)		
1.1. Nome: OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA		2. Código:
1.3. Data da proposta: 17/08/2023	1.4. Ag. 5737-1, C/C: 8193-0	1.5. Banco: Banco: Banco do Brasil(001)
1.6. Endereço: Rua Edístio Pondé, 353, Cj. 909/910, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Stiep, Salvador - BA, CEP 41770-395,		
1.7. Cidade: Salvador - BA	1.8. C.N.P.J./C.P.F: 09.094.300/0001-51	
1.9. Inscrição Estadual/Municipal:		
2. DADOS DA DESPESA		
2.1. Unidade Orçamentária: 25101		
2.2. Projeto/Atividade: 2940	1. Elemento de Despesa: 3.3.90.39	2.4. FR: 500
2.5. Valor: R\$ 19.740,00 (dezenove mil setecentos e quarenta reais)		
2.6. N.º de Parcelas:	2.7. Vencimento:	2.8. Contrato n.º: SEM CONTRATO
2.10. Processo Administrativo n.º 19.21.0012.0025370/2023-27		2.10. Modalidade Licitação:
2.12. Processo Dispensa:		2.12. Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 06/2023, Art. 25, II, Lei nº 8.666/93.
3. DETALHAMENTO		

3.2. Item	3.3. Especificação	3.4. quantidade	3.5 p. unitário	3.6. P. Total
01	Curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI.	06	R\$ 3.290,00	R\$ 19.740,00
Valor total: R\$ 19.740,00 (dezenove mil setecentos e quarenta reais)				

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 05/09/2023, às 14:00, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador
0566217 e o código CRC **B65A2CA6**.



Nota de Empenho

Encerrado até Julho

Identificação

Unidade Gestora	Documento	Emissão
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2023NE00825	06/09/23
Credor	09094300000151 - OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA	
Valor	19.740,00 (Dezenove mil e setecentos e quarenta reais)	

Classificação

Nota de Reserva	2023NR00792
Tipo de Reserva	PRÉ-EMPENHO
Órgão Orçamento	25 - MINISTÉRIO PÚBLICO
Unidade Orçamentária	25101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Programa de trabalho	03.128. 0013. 2940 - APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES
Identificador Exercício Fonte	1 - Recursos do Exercício Corrente
Fonte	500 - Recursos não Vinculados de Impostos
Natureza	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Autor Emenda	0 - SEM AUTOR
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
Território	TD0 - ESTADO
Plano Orçamentário	000001 - Não definido
Marcador de Fonte	0000 - Sem marcador - FR 500
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - SEM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000000 - SEM DETALHAMENTO - (500.0000)
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Projetos	0 - Indefinido

Detalhamento

Mod. Empenho	Global	Mod. Licitação	07 - Licitação Inexigível	Emb. Legal	INEXIGIBILIDADE Nº 06/2023, Art. 25, II, Lei nº 8.666/93.
Origem	1 - Origem nacional	Data Entrega		Local Entrega	
Processo	19.21.0012.0025370 /2023-27	UF	Piauí	Município	Teresina

Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30 - SELEÇÃO E TREINAMENTO		19.740,00

Saldo Dotação

Créd. Disp.	Indisponível antes NE	Valor NE	Saldo após NE
92.080,00	Pré-Empenhado 19.740,00	0,00	92.080,00
	Bloqueado	19.740,00	

Observação

CCF. EMPENHO EM FAVOR DA EMPRESA OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA, CNPJ: 09.094.300/0001-51, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CURSO DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DE CONTRATOS NO FORMATO REMOTO PARA OS SERVIDORES DA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO MPPI, INEXIGIBILIDADE Nº 06/2023, ART. 25, II, LEI Nº 8.666/93, NO EXERCÍCIO DE 2023, NO EXERCÍCIO DE 2023.

Produtos

Produto	Quantidade	Und. Forneç.	Preço Unitário	Preço Total
CURSO DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS DE CONTRATOS	6	UNIDADE	3.290,00	19.740,00
Descrição	FORMATO REMOTO PARA OS SERVIDORES DA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO MPPI; CARGA HORÁRIA: 24H;			

Dados de Autenticidade

	A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo: https://tesouro.sefaz.pi.gov.br/SiafePI/downloadSignature?token=9c72c19b55d94bfabc16bfcd3a571d28
--	--

Assinatura

Emitido/contabilizado por FELIPE RIBEIRO DE OLIVEIRA em 06/09/23 às 09:25. Impresso por FELIPE RIBEIRO DE OLIVEIRA em 06/09/23 às 09:26.

Identificação

Unidade Gestora	Documento	Emissão
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2023NE00825	06/09/23
Credor	09094300000151 - OPEN SOLUCOES TRIBUTARIAS LTDA	
Valor	19.740,00 (Dezenove mil e setecentos e quarenta reais)	

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3645/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o Ofício nº 490 contido no Procedimento de Gestão Administrativa – PGEA/SEI nº 19.21.0012.0025370/2023-27,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **SÉRGIO ALVES NORONHA**, matrícula nº 280, para fiscalizar a execução da contratação firmada entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89 e a empresa Open Soluções Tributárias LTDA, CNPJ nº 09.094.300/0001-51 (Nota de empenho nº 2023NE00825), cujo objeto é a contratação de empresa especializada em curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça**, em 11/09/2023, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0568510** e o código CRC **0BA1F0C1**.

0000003-48.2019.8.18.0054

0801065-85.2022.8.18.0054

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3641/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **JOSÉ WILLIAM PEREIRA LUZ**, titular da Promotoria de Justiça de Elesbão Veloso, para atuar nas audiências de atribuição da Promotoria de Justiça de Itainópolis, no dia 12 de setembro de 2023, em substituição à Promotora de Justiça Ana Sobreira Botelho Moreira.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3642/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0161.0030449/2023-48,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA**, titular da 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato, para atuar nas audiências judiciais no âmbito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Raimundo Nonato-PI, designadas para o dia 11 de setembro de 2023, a serem realizadas das 10h00min às 10h30min, nos autos dos processos nº 0000132-30.2018.8.18.0073 e 0001908-36.2016.8.18.0073, em substituição ao Promotor de Justiça Leonardo Dantas Cerqueira Monteiro.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3643/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **PLÍNIO FABRÍCIO DE CARVALHO FONTES**, titular da 51ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar na audiência do processo nº 0803077-87.2021.8.18.0028, de atribuição da 2ª Promotoria de Justiça de Floriano, no dia 12 de setembro de 2023, em substituição à Promotora de Justiça Ana Sobreira Botelho Moreira.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3644/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **CLEYTON SOARES DA COSTA E SILVA**, titular da Promotoria de Justiça de Parnaguá, para atuar na audiência do processo nº 0800230-48.2023.8.18.0059, de atribuição da Promotoria de Justiça de Luís Correia, no dia 12 de setembro de 2023, em substituição ao Promotor de Justiça Yan Walter Carvalho Cavalcante.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3645/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o Ofício nº 490 contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0012.0025370/2023-27,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **SÉRGIO ALVES NORONHA**, matrícula nº 280, para fiscalizar a execução da contratação firmada entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89 e a empresa Open Soluções Tributárias LTDA, CNPJ nº 09.094.300/0001-51 (Nota de empenho nº 2023NE00825), cujo objeto é a contratação de empresa especializada em curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 3646/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93 e, considerando o disposto no procedimento de gestão administrativa nº 19.21.0005.0028671/2023-51,

R E S O L V E

RETIFICAR a Portaria PGJ/PI nº 3438/2023, para constar o seguinte:

CONCEDER ao Promotor de Justiça **PLÍNIO FABRÍCIO DE CARVALHO FONTES**, titular da 51ª Promotoria de Justiça de Teresina e Coordenador do CACOP, 03 (três) dias de licenças compensatórias para serem fruídas em 01 de setembro de 2023, 07 e 11 de dezembro de 2023, referentes aos plantões ministeriais realizados em 25 de abril de 2021 e 19 de agosto de 2023, conforme certidões expedidas pela Corregedoria Geral do MPPI e, de acordo com o Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 06/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 11 de setembro de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-019144/23

nº contrato

00825/2023

nº processo administrativo

19.21.0012.0025370/2023-27

procedimento origem

Inexigibilidade

objeto

Contratação de empresa especializada em curso de Retenções Tributárias de Contratos no formato remoto para os servidores da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MPPI.

nome do contratado

OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA

cpf/cnpj

09.094.300/0001-51

data da assinatura

06/09/2023

valor contratado

R\$19.740,00

data do cadastro

12/09/2023

data últ. alteração

12/09/2023